



Sumário

Entrevista

Ilido Sauer: Gás natural, um mercado em expansão 5



Notícias do Crea

Crea é aprovado em auditoria da ISO 6
Normas de acessibilidade de graça pela internet 7
CREA coordena equipe no Conselho Estadual de Meio Ambiente 8
Parcerias reforçam fiscalização no Rio Doce 9
Cidadania pelas Águas participa da 15ª Feira do Verde 9
Estudantes capixabas entre os melhores de Engenharia Elétrica ... 10
PEC realiza visitas técnicas a instituições de ensino 11

Entidades, Câmaras e Comissões

AEFES, IAB, IBAPE, SEE, SEEA, SENGE, SINTAES, SINTEC 12
CEA, CEEI, CEEC, CEEA 13
Cometi, CEEE, CTC, CEST 14

Notícias do Confea

..... 15

Matéria de Capa

Antecipando o futuro: Cidades capixabas buscam sustentabilidade 16 a 19

Matéria Especial

Ufes: 50 anos e muitos desafios 20 e 21

Pesquisa e Conhecimento

Reflorestamentos protegem matas nativas 22

Boa Idéia

Técnica permite exportar lagosta viva 23



Praticando um atendimento de qualidade junto aos clientes, profissionais e empresas registradas, o Crea-ES disponibiliza em seu site vários serviços:

ART

- Consultar
- Emitir
- Cancelar
- Organizar
- Registrar
- Quitar débitos
- Verificar a diferença

Consulta de processos e débitos

- Clipping e Informativo Eletrônico
- Cursos e eventos promovidos pelo PEC
- Revista Tópicos on-line
- Pesquisas de profissionais e empresas
- Acesso à documentação e formulários



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura do Espírito Santo

www.creaes.org.br

Visite nosso site e utilize nossos serviços on-line

REVISTA DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

Endereço: Av. Cesar Hilal, 700, 1º andar,
Bento Ferreira, Vitória-ES
CEP: 29052.232 - Tel.: (27) 3334-9900
Fax: (27) 3324-3644
E-mail: creaes@creaes.org.br
www.creaes.org.br

CREA-ES DIRETORIA PRESIDENTE:

Eng. Eletricista Silvío Roberto Ramos

VICE-PRESIDENTE:

Arq. Anderson Floreti de Menezes

1º TESOUREIRO:

Eng. Mecânico Sebastião da Silveira Carlos Neto

2º TESOUREIRO:

Téc. Agrimensura Aloisio Carnielli

1º SECRETÁRIO:

Eng. Civil Marco Antonio Barboza da Silva

2º SECRETÁRIO:

Eng. Florestal Alvaro Garcia

CÂMARAS

ENGENHARIA CIVIL

Eng. Civil Carlos Aragon Carpanedo

ENGENHARIA AGRONÔMICA

Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva

ARQUITETURA

Arquiteta Patrícia Cordeiro

ENGENHARIA INDUSTRIAL

Eng. Ind. Mecânico José Carlos de Assis

ENGENHARIA ELÉTRICA

Eng. Eletricista Ivan Pierozzi

INSPETORIAS

Cachoeiro de Itapemirim (28) 3522-2373
Colatina (27) 3721-0657
Linhares (27) 3264-1781

POSTOS DE ATENDIMENTO

Vila Velha (27) 3239-3119
São Mateus (27) 3763-5929

REVISTA DO CREA CONSELHO EDITORIAL

Alcione Vazzoler

Alexandre Cypreste Amorim

Álvaro Garcia

Délio Moura do Carmo

Ivan Pierozzi

José Antônio do Amaral Filho

Oswaldo Paiva Almeida Filho

Ronaldo Oakes

Ruth Reis

Silvío Roberto Ramos

GERENTE DE RELACIONAMENTOS

Jornalista Ronaldo Oakes de Oliveira

CONSULTORA DE COMUNICAÇÃO

Jornalista Alcione Vazzoler

REPORTAGEM:

Alcione Vazzoler, Ana Paula Sant'Anna,

André Taquetti, Cláudio Castro, Elisângela

Bello, Flávio Gonçalves,

Iara Bragato, Izabella Salazar,

Kleber Moreira, Priscila Perovano, Márcio

Scheppa, Ariadne S. Lourencini

FOTO DA CAPA

Sérgio Cardoso

EDITORAÇÃO

Equipe de Comunicação do Crea-ES

FOTOLITO E GRÁFICA

Gráfica Resplendor

TIRAGEM

17 mil exemplares

A Agenda 21, o CREA e os profissionais

Hoje, é incontestável a necessidade de adoção de mecanismos que permitam uma pré-visualização do futuro que todos desejam para suas cidades. Um destes instrumentos, a Agenda 21, que parecia apenas uma expressão vazia e incompreensível há 16 anos, quando foi lançada durante a ECO 92, no Rio de Janeiro, se mostra como um dos mais eficazes recursos para o planejamento das cidades.

Entendidas como ecossistemas complexos produzidos a partir da interação de diversos sujeitos e processos, as cidades são o local primordial nos quais se realizam a vida e a sociabilidade contemporâneas.

Para os princípios da Agenda 21 estes ecossistemas devem ser submetidos a uma gestão democrática e a um entendimento de que os recursos para a sua manutenção são limitados e exigem uma administração sustentável, que proporcione perenidade com qualidade de vida.

Num momento em que se iniciam novas administrações municipais, e que os conceitos da Agenda 21 foram reafirmados nos dis-

curso de diversos prefeitos eleitos, a adoção de estratégias de planejamento sustentável e participativo se torna ainda mais necessária. Tal evidência evoca a importância que os profissionais do Sistema Confea/Crea adquirem neste momento histórico. Como responsáveis pelo conhecimento de diversos domínios que envolvem o desenvolvimento sustentável, a mediação dos técnicos no momento das decisões políticas se torna imprescindível.

Conhecer as dinâmicas locais e suas interações com as esferas mais amplas - regionais, nacionais ou globais -, compreender a complexidade das demandas que são apontadas como futuro desejado e idealizar soluções técnicas são apenas alguns dos desafios que se apresentam aos profissionais.

Embora o Crea-ES já há algum tempo esteja inserido em iniciativas de apoio à adoção de estratégias para o desenvolvimento sustentável, mais do que nunca é necessário a participação de todos, buscando a concretização de um mundo melhor.



Gás Natural: um mercado em expansão

Desde a década de 90, o Brasil vem registrando um importante crescimento das reservas provadas de gás natural, principalmente com a recente descoberta das bacias de Santos e do Espírito Santo. A indústria do gás natural tende a ocupar espaços abertos pela expansão da economia e substituir derivados de petróleo e energia elétrica

A Petrobras elaborou um programa de massificação do Gás Natural com o objetivo de estimular o uso do produto. No que consiste este plano?

O Programa foi concebido para viabilizar o envolvimento de todos os atores da cadeia produtiva do gás natural, criando um ambiente cooperativo, e não competitivo, para responder ao desafio de colocar no mercado uma oferta de gás três vezes maior do que a atual.

O gás natural produz uma indústria de rede. No Brasil, estudamos os diversos segmentos de grandes consumidores (industrial, comercial e co-geração) e de pequenos consumidores (veicular, residencial e comercial), além das usinas termoeletricas. A expansão do consumo de gás natural poderá trazer uma série de impactos positivos para o Brasil. No campo econômico, com a contribuição para o aumento do PIB de até 0,7%, no campo social, através da geração de até 250 mil novos empregos, e no campo ambiental, devido à redução da emissão de poluentes equivalentes a uma frota de aproximadamente um milhão de automóveis a gasolina.

O que levou à elaboração deste plano?

A descoberta de gás na Bacia de Santos, o gasoduto Bolívia-Brasil e um realinhamento estratégico da Petrobras no segmento de gás foram preponderantes para o surgimento deste programa. Apesar de cada país ter sua matriz energética, a depender da natureza de seus recursos, nos últimos vinte anos, o gás tem aumentado sua participação na matriz energética mundial, passando de 20,1% em 1982 para 24,3% em 2002. No mesmo período, o petróleo reduziu sua

participação em aproximadamente cinco pontos percentuais, atingindo 37,5% da matriz energética em 2002. A expansão do consumo mundial está associada, normalmente, a quatro fatores-chave: disponibilidade de oferta, restrições a outros combustíveis, preocupações ambientais e potencial de desenvolvimento da indústria. No Brasil, a expansão das reservas provadas de gás natural deverá dobrar nos próximos anos, podendo chegar a 650 bilhões de m³ em 2015.

Os 100 milhões de m³/dia de gás natural que poderão ser disponibilizados ao mercado em 2010 permitirão substituir cerca de 500 mil barris diários de petróleo que poderão ser exportados gerando divisas para o País. Ademais, a cadeia produtiva permitirá gerar um valor agregado superior a US\$ 4 bilhões e perenizar cerca de 200 mil empregos.

A Petrobras vem investindo em uma malha de gasodutos, designada por Rede Básica, que compreende principalmente a Malha Nordeste, a Malha Sudeste, o Gasene, o Gasoduto Bolívia-Brasil e os gasodutos Uruçu-Coari-Manaus e Ucuru-Porto Velho, perfazendo investimentos da ordem de US\$ 3,9 bilhões e levando gás para grande parte dos estados brasileiros.

Por que o ES foi escolhido como estado piloto para este programa?

O Estado do Espírito Santo possui grandes reservas de óleo e gás, tem um elevado potencial de desenvolvimento do mercado em pequenas distâncias de suas reservas e reconhecida competência de seu povo empreendedor. Existem empresas com grande consumo energético, um mercado comercial, veicular e residencial considerável.



As pesquisas tecnológicas no Estado podem aproveitar as oportunidades do mercado nacional criando pequenas, médias e grandes indústrias de equipamentos para toda a indústria do gás.

Com a Secretaria de Infra-Estrutura e Transporte estamos viabilizando dois projetos, um para ônibus urbanos e outro para o segmento residencial. Estas negociações se iniciaram na gestão do Silvio Ramos e agora demos continuidade na gestão de Rita Camata. Com a Secretaria de Ciência e Tecnologia estudamos três projetos, um na Universidade Federal do Espírito Santo, um no SENAI e outro com a Federação das Indústrias e outras empresas para criação de um centro de desenvolvimento de tecnologias aplicadas ao uso do gás natural.

A criação do Gasoduto Virtual é um dos pilares do Plano de Massificação. Como funciona esta idéia?

O gasoduto virtual contribui para aumentar a faixa de atendimento ao mercados e otimizar os modais de abastecimento quanto à distância, volumes e custos. Atualmente, isto é feito de duas formas, GNC e GNL. O GNC, gás natural comprimido, pode atender a distâncias de até 120 km a partir dos *citygates* existentes nos gasodutos. Neste, o gás natural é comprimido em cilindros transportáveis em caminhões, barcaças ou trens. O GNL, gás natural liquefeito, atende a maiores distâncias e requer volumes maiores. O GNL é obtido através de um processo de liquefação, reduzindo seu volume em 600 vezes, tornando-o transportável. Podemos concluir que o gasoduto virtu-

Crea é aprovado em auditoria da ISO

No dia 20 de julho, o Crea-ES recebeu a 2ª Auditoria Periódica feita pela empresa DNV, que avaliou a aplicação dos itens da norma NBR ISO 9001:2000 pelo Conselho. O resultado foi positivo e comprovou que o sistema de gestão da qualidade do Crea-ES está em conformidade com os requisitos necessários para a manutenção da certificação.

Durante as entrevistas, verificação dos documentos e visitas aos locais de execução das atividades foram observados os serviços de habilitação legal, certificação, orientação e fiscalização do exercício das profissões de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e áreas afins. A consistência do sistema de gestão de qualidade ISO 9001:2000 foi confirmada em todos os casos.

Dentre as melhorias planejadas e implantadas observadas na auditoria está a emissão de certidão de registro e quitação de pessoa jurídica "on-line", ocorrida em março deste ano. O mesmo serviço já existia para pessoa física com ótimos resultados. Com o novo serviço "on-line" houve um esvaziamento da recepção, tornando os serviços de atendimento ao cliente mais rápido e satisfatório.

Os setores auditados foram as Unidades de Controladoria e Fiscalização, as Consultorias de Informática, Comunicação e Jurídica e o Escritório da Qualidade. A auditoria de manutenção do certificado ISO 9001:2000 foi conduzida pelo auditor José Roberto Murari e a próxima está prevista para janeiro de 2005.

VI Encontro Internacional de Agropolos

Organização e planejamento de vários setores da sociedade para uma crescente eficiência no setor agroindustrial e promoção do desenvolvimento sustentável. É o que pretende o Instituto de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e a Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos (SEEA) com a realização do VI Encontro Internacional de Agropolos.

O evento acontece entre os dias 1º a 03 de dezembro de 2004, no Centro de Convenções do Centro de Turismo de Guarapari (Guarapari - ES), tendo como instituições promotoras a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - Abipti, Bades, Sebrae-ES e Seag. Inscrições, programação completa e mais informações acesse: <http://www.incaper.es.gov.br/agropolos/>

Plenário terá mais um representante

O Crea-ES prepara a renovação de um terço dos conselheiros do Plenário. A novidade será o aumento do número de cadeiras de 32 para 33 a partir de 2005, com a inclusão da Modalidade de Química.

Segundo o Coordenador da Comissão Temporária de Renovação do Terço, Eng. Mecânico Oswaldo Paiva de Almeida Filho, "a medida se justifica pela importância da atividade de Engenharia Química no Estado, especialmente com o atual crescimento da indústria do petróleo. Também pretende promover melhor entendimento de assuntos comuns ao Crea e ao Conselho Regional de Química (CRQ)".

A renovação do terço acontece anualmente. O processo está sendo coordenado por uma comissão temporária

eleita no início deste ano pelo Plenário, que fez um levantamento dos profissionais registrados e redefiniu o número de representantes a partir da realidade encontrada. As definições foram encaminhadas ao Confea para homologação.

O levantamento prevê que o Plenário do Crea-ES terá 25 representantes das entidades de classe registradas no Crea-ES, cinco representantes dos Técnicos Industriais e Agrícolas, e três representantes das Instituições de Ensino registradas no Conselho.

O número de conselheiros por entidade é proporcional ao de associados por modalidade. Apenas os profissionais em dia com as anuidades do Crea-ES em 31 de dezembro do ano anterior entram no cálculo.

Amélio Botelho de Almeida história de amor e dedicação à profissão

Amor e dedicação à profissão. Essas eram algumas das características do Eng. Florestal Amélio Botelho de Almeida, falecido no dia sete de julho deste ano, aos 61 anos de idade. Durante anos, o ex-conselheiro do Crea-ES participou ativamente das discussões e debates que norteiam as áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível estadual e nacional. Também contribuiu de forma significativa para muitas das decisões tomadas pelo Sistema Confea/Crea e Mútua.

Diplomado em 1970 pela Faculdade de Florestas da Universidade Federal do Paraná, o Engenheiro ocupou cargos de destaque em diversas instituições. Em um período de 12 anos consecutivos (de 1990 a 2001), fez parte da Câmara Especializada de Agronomia do Crea-ES, sendo 10 como conselheiro e dois como suplente. Por vários anos trabalhou na Prefeitura Municipal de Vitória como Eng. de Segurança do Trabalho.

Em 1977, Botelho se filiou à Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros - SEE -, sendo diretor da entidade desde 1994 até o presente ano. Foi membro da Comissão mista formada pela Sociedade de Engenheiros de Segurança do Espírito Santo - SESES - e Associação Profissional dos Superiores de Segurança do Trabalho no Estado - Aprossetes.

Ele ainda contribuiu para a educação, sendo um dos professores fundadores do Centro de Ciências Agrárias da Ufes, em Alegre-ES, e instrutor de prevenção de acidente no trabalho do Sesi/Senac-ES.

Também foi presidente do Instituto de Avaliações e Perícias de Engenharia do Espírito Santo - Iapes (atual Ibape-ES), diretor da Associação dos Engenheiros Florestais - Aefes - e diretor da Mútua Nacional.



ARQUIVO CREA

Normas de acessibilidade de graça pela internet

CLÁUDIO CASTRO



Chapa única no ES se candidata para o Confea

Os engenheiros eletricistas Paulo Bubach e Olavo Botelho Almeida compõem a única chapa inscrita no Crea-ES para ocupar a vaga de conselheiro federal titular e suplente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea).

O Crea-ES faz parte dos cinco Creas que irão eleger os representantes que renovarão em 1/3 a composição do plenário do Confea.

A eleição ocorrerá no dia 24 de novembro deste ano e os conselheiros eleitos tomarão posse em janeiro de 2005 com mandato até dezembro de 2007.

Os outros Creas que elegerão representantes no Plenário do Confea são: Crea-MT (Agronomia); Crea-CE (Civil); Crea-AM (Arquitetura) e Crea-MS (Industrial).

Já está disponível no site da Presidência da República a versão 2004 da Norma de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos da ABNT – ABNT NBR 9050:2004.

A Norma de 2004 substitui a de 1994 e tem como objetivo estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados no projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

Os profissionais de Engenharia e Arquitetura poderão acessar gratuitamente a norma por meio do site www.presidencia.gov.br/sedh/corde, na página da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), onde também poderão ter acesso a outras normas.

A disponibilização das normas - antes cobradas pela ABNT - só foi possível devido a um compromisso estabelecido entre a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a empresa Target Engenharia e Consultoria Ltda, responsável pela digitalização das normas da ABNT.

Segundo a Consultora Técnica da Câmara Especializada de Arquitetura do Crea-ES, Arquiteta Clemir Regina Pela Meneghel, com a disponibilização da Norma gratuitamente na internet, não haverá desculpa para o seu não cumprimento. “A disponibilização vai garantir o acesso a informação sem ônus; com isso, os profissionais contribuirão para uma cidade cidadã, garantindo o direito de ir e vir, principalmente para pessoas com a mobilidade reduzida”, concluiu.

Inspetoria de Cachoeiro muda de endereço

Profissionais e moradores do sul do estado que necessitam dos serviços da Inspetoria do Crea-ES, em Cachoeiro de Itapemirim, estão sendo atendidos em novo endereço, situado no Bairro BNH, a cinco quilômetros do centro do município.

A inspetoria funciona em novo local desde o início do mês de agosto e conta com o trabalho de uma consultora interna, três fiscais, uma técnica de serviços operacionais e uma estagiária.

Os serviços prestados são os mesmos da antiga sede: registros de profissionais e empresas; expedições de certidões de acervo técnico, de registro de quitação e de carteiras profissionais; alterações diversas; vistos profissionais, entre outros.

Municípios dentro da área de abrangência da Inspetoria de Cachoeiro de Itapemirim:

Afonso Cláudio, Alegre, Alfredo Chavez, Anchieta, Apicá, Atílio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Brejetuba, Castelo, Concelção do Castelo, Divino São Lorenzo, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Iconha, Irupi, Itapemirim, Iúna, Jerônimo Monteiro, Marataizes, Mimoso do Sul, Muniz freire, Muqui, Piuma, Presidente Kenedy, Rio Novo do Sul, São José do Calçado, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante.

Endereço completo:

Rua Raul Nassar, nº 10, 1º andar, Bairro BNH.
(Rua paralela ao início da BR 482 – Sentido Alegre)
Telefone de Contato: (28) 3522-2373

Demais normas disponíveis no site da Presidência:

- NBR 13994 – Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transportes de Pessoa Portadora de Deficiência;
- NBR 14020 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência – Trem de Longo Percurso;
- NBR 14021 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência – Trem de Metropolitano;
- NBR 14022 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência em Ônibus e Trolebus para atendimento Urbano e Intermunicipal;
- NBR 14273 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência no Transporte Aéreo Comercial;
- NBR 14970-1 – Acessibilidade em Veículos Automotores – Requisitos de Dirigibilidade;
- NBR 14970-2 – Acessibilidade em Veículos Automotores – Diretrizes para Avaliação Clínica de Conductor;
- NBR 14970-3 – Acessibilidade em Veículos Automotores – Diretrizes para Avaliação da Dirigibilidade do Conductor com Mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado.

CREA coordena equipe no Conselho Estadual de Meio Ambiente

O Crea-ES está coordenando um grupo de trabalho da Câmara Técnica Permanente de Controle de Recursos Minerais do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema).

A presidente da Câmara do Consema, Eng.^a Geóloga Leila Issa Vilaça, informa que o grupo técnico está preparando uma proposta que irá adequar o licenciamento ambiental aos procedimentos de autorização para a extração de substâncias minerais exercidos pela União e disciplinar o licenciamento ambiental dos empreendimentos minerários no Estado do Espírito Santo.

O Consema é formado por dois órgãos permanentes, o Plenário e as Câmaras Técnicas, e um temporário, as Comissões Especiais.

Cabe às Comissões Especiais preparar as matérias, sobretudo normas, diretrizes e propostas de resolução, a serem apreciadas pelo Plenário ou, em seu nome, acompanhar atividades ligadas à área de meio ambiente.

O Plenário se reúne, pelo menos, uma vez por mês; e as Câmaras Técnicas e as Comissões Especiais, quando necessário. As reuniões do Plenário e as das Câmaras Técnicas são abertas ao público, assim como as audiências públicas.

IZABELLA SALAZAR



Leila Issa preside a Câmara Técnica de Controle de Recursos Minerais do Consema

Membros da Câmara Técnica Permanente de Controle de Recursos Minerais do Consema:

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo – Crea-ES

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Iema

Federação das Indústrias do Espírito Santo – Fines

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo – Sebrae-ES

Ong's Ambientalistas

Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia - DNPM / MME

Participação revela importância do CREA para a sociedade

Através de seus representantes, o Crea-ES participa de uma série de instâncias estaduais e municipais destinadas a discutir questões de interesse da sociedade. Este fato demonstra a importância que o Conselho adquiriu e seu papel de agente social que interfere nos destinos das comunidades em que está inserido.

Confira as outras Câmara com representação do Crea-ES:

Câmara Técnica Permanente de Licenciamento de Grandes Projetos e Estudos de Impacto Ambiental
Eng. Eletricista Silvio Roberto Ramos

Câmara Técnica Permanente de Fiscalização Ambiental
Eng. Agrônomo Douglas Muniz Lyra

Câmara Técnica Permanente de Zoneamento Ambiental
Arquiteto Eduardo Simões Barbosa

Câmara Técnica Permanente de Conservação do Solo, Meio Ambiente Rural e Desenvolvimento Florestal
Eng.^a Civil Sueli Passoni Tonini

Câmara Técnica Perm. de Res. e Saneamento Ambiental
Eng.^a Química Maria Alice Mochel Piccolo



METALÚRGICA ORIGEM LTDA

Ind. de Equipamentos Personalizados em Aço Inox.

Corrimão inox, guarda corpo, bancadas inox, pias com cuba, prolongadores, coifas, lavatórios, mictórios, estruturas de mesa, puxadores p/ porta, canoplas, etc.

Revendedor Autorizado dos Produtos Norton



Rua Ministro Eurico Salles, nº 08 - Campo Grande Cariacica - ES - Tel.: (27) 3336-5826

e-mail: origem@metalurgicaorigem.com.br

Parcerias reforçam fiscalização no Rio Doce

Quem poluir ou degradar a região da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a partir de agora, poderá sofrer duras sanções, desde multas até interdição da atividade desenvolvida. A iniciativa foi consolidada durante o III Fórum de Debates do Meio Ambiente, realizado no dia 20 de setembro, quando foi firmada a parceria entre os Creas do Espírito Santo e Minas Gerais e o Ministério Público dos dois Estados.

Dois grupos de trabalho foram definidos no Fórum: uma frente jurídica, formada pelo Ministério Público; e uma frente técnica, formada pelos Creas do Espírito Santo e Minas Gerais e parceiros como Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) Polícia Ambiental e Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia (DNPM/MME).

Os grupos estabeleceram nove diretrizes para a Fiscalização Preventiva Integrada na Bacia do Rio Doce e o planejamento das fiscalizações a serem desenvolvidas nos 28 municípios que abrangem o rio. Segundo o Coordenador e Relator do Grupo Técnico, Gerente de Fiscalização do Crea-ES, Eng. Mecânico Flavio Lobato La Rocca, “os Conselhos e o Ministério Público, consolidando essa parceria, tornarão mais efetivos os resultados da Fiscalização Preventiva Integrada na Bacia”.

O objetivo do evento foi promover o intercâmbio entre as instituições que atuam diretamente na preservação e fiscalização do meio ambiente, formando uma ampla aliança interestadual no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como elaborar uma metodologia de trabalho entre esses parceiros, buscando soluções técnicas, econômicas, legais e sustentáveis.



RODRIGO SANT'ANNA

Movimento de Cidadania pelas Águas participa da 15ª Feira do Verde

O Movimento de Cidadania pelas Águas participou de mais uma Feira do Verde, que aconteceu entre os dias 21 a 26 de setembro, no Parque Pedra da Cebola, na Mata da Praia, em Vitória. O tema central da 15ª Feira do Verde foi “Meio Ambiente Responsabilidade de Todos”, idéia que o Movimento divulga em Vitória desde o dia 5 de junho de 1997.

Cinco escolas da Grande Vitória apresentaram projetos incentivados pelo Movimento de Cidadania pelas Águas durante a Feira. A Escola Francisco Lacerda de Aguiar desenvolveu o “Projeto Turismo: Fonte, Saber e Renda”. Criado em 2001, o projeto consiste no resgate histórico das

Ilhas da Caieiras, promovendo o turismo sustentável. Junto com os professores, 45 alunos vêm trabalhando a questão ambiental, envolvendo a comunidade em assuntos como o lixo jogado no manguezal e o desperdício da água. O projeto tem o objetivo de formar monitores turísticos mirins para atuar como guias na região da Ilha das Caieiras. Para isso, a escola desenvolve oficinas tais como Postura e Atendimento ao Cliente, Patrimônio Histórico, Água e Manguezal. No mês de dezembro do ano passado, a escola realizou o Seminário Água: Certeza de Vida, mais um trabalho voltado para alunos e comunidade.



RODRIGO SANT'ANNA

Destaques da Feira

- O Centro Educacional Augusto Ferreira, em Jardim Limoeiro, na Serra, apresentou o projeto de hidroelétrica criado pelos alunos junto com os professores. O projeto envolveu análise da topografia, dos impactos ambientais e vantagens e desvantagens de uma hidroelétrica.
- A Escola Múltipla, em Barcelona, Serra, vem desenvolvendo o trabalho “Um Mergulho na Consciência - A Importância da Bacia do Rio Santa Maria”, que orienta os alunos sobre os impactos ambientais causados pelo desenvolvimento urbano e agrícola. Também promove o replantio da mata ciliar e a coleta de lixo das margens.
- A EMEF José Aureo Monjardim expôs o “Projeto Água x Lixo”, mostrando a relação entre contaminação da água e lixo lançado nos rios. O lixo da escola deu origem ao Projeto Horta Educativa, em que uma composteira foi construída com o reaproveitamento de material descartado.
- O Centro Educacional Agostiniano apresentou o projeto “Águas do Rio Bubu. (ver pág. 11)
- Todas as escolas ganharam o prêmio Águas 2004. As escolas Múltipla e Francisco Lacerda de Aguiar foram indicadas para participar do Encontro Nacional do Movimento de Cidadania pelas Águas, em novembro, no Rio de Janeiro.

NOTA TÉCNICA

Em ofício enviado ao CREA-ES pelo Corpo e Bombeiro Militar do Espírito Santo comunica a necessidade de constar nos projetos a serem aprovados pela Prefeitura Municipal de Vitória, a indicação da altura do SPDA – Sistema de Proteção a Descargas Atmosféricas.

Considerando que tal situação poderá se expandir para os demais municípios o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo vem informar que a partir do dia 13 de setembro do corrente ano, irá exigir a apresentação das seguintes notas em projeto:

“1) – A altura máxima da edificação, incluindo a existência de captosres do SPDA, não poderá ultrapassar _____ metros.

2) – O SPDA, obedecida a nota anterior, deverá ser executado conforme a NBR 5419.

OBS.: Essas notas deverão ser incluídas nas pranchas que contenham cortes e mostrem a altura da edificação (mostrar cota de nível da parte mais elevada) e na planta baixa da cobertura, não sendo necessário mostrar nenhum componente do SPDA (captosres, cabos de descida, aterramentos, etc) nos pranchas do projeto a ser aprovado no CBMES. Continua a exigência de detalhes ilustrativos do SPDA no memorial”

A altura máxima das edificações já é prevista no PDU - Plano Diretor urbano –de Vitória, Lei nº 4.167/94, nos Anexos referentes ao Índices Urbanísticos de cada Zoneamento, os quais devem ser obedecidos.

**Eng.ª Civil Andréa Regina
Fontana**

Consultora Técnica – CEEC
Tópicos-10



O professor Drumon (centro, de vermelho) destaca a qualidade dos estudantes capixabas

FRAN BERNARDES/UFES

Estudantes capixabas entre os melhores de Engenharia Elétrica

Uma equipe composta por 15 alunos de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) venceu, junto com outras duas equipes das universidades federais de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o V Concurso de Conservação de Energia da WEG - Maior indústria de motores da América Latina - realizado em maio deste ano.

O concurso da WEG teve como objetivo conscientizar os estudantes para o uso racional da energia e incentivar a pesquisa acadêmica. Trata-se de um concurso anual, aberto a duas categorias da área de Elétrica, uma de nível técnico e outro universitário, nas quais os alunos respondem, via internet, durante 24 horas, questões objetivas e discursivas.

314 equipes de 160 escolas de todo o país participaram do concurso, sendo que 100 equipes concorreram na ca-

tegoria universitária, na qual os alunos capixabas foram vencedores.

Segundo o orientador da equipe capixaba, Professor Gilberto Costa Drumon Souza, o resultado foi uma surpresa. “Ficamos surpresos por ser a primeira vez que participamos desse concurso, mas mostra que apesar das dificuldades da escola pública, conseguimos formar mão de obra de qualidade, em nível nacional”, explicou.

Drumon concluiu dizendo que o mérito foi dos alunos, que tiveram a iniciativa de participar, e que ainda, segundo o professor, ficaram com a parte mais difícil.

Os estudantes da Ufes ganharam passagens e todas as despesas pagas para conhecer a sede da Weg, que fica em Jaraguá do Sul - SC. Já a Universidade receberá uma bancada didática, produzida pela empresa, no valor de R\$ 30.000. A premiação será entregue em novembro.

Certificação de capixabas na área de automação

A falta de mão-de-obra qualificada é uma das maiores queixas das empresas capixabas na hora de contratar pessoal. O problema é ainda mais complexo na área de automação industrial, que requer amplos conhecimentos de profissionais especializados. Visando a atender a esta demanda e a uma solicitação da CST, a Seção da ISA (Sociedade de Instrumentação, Sistemas e Automação) no Espírito Santo viabilizou um processo de treinamento e certificação que será desenvolvido em parceria pelas representações da ISA no Estado, na América Latina e nos Estados Unidos, junto com a Fundação Ceciliano Abel de Almeida e a Ufes. Essas instituições firmaram um convênio no dia 19 de agosto para dar início à certificação de engenheiros que atuam neste mercado durante o ISA Show ES 2004 – 3º Seminário sobre Instrumentação, Sistemas e Automação. Este trabalho é inédito na América do Sul, e vai ser desenvolvido pela ISA no Espírito Santo, uma organização que tem sede nos Estados Unidos e uma seção no ES.

PEC realiza visitas técnicas a instituições de ensino

Representantes do Programa de Educação Continuada (PEC) do Crea-ES visitaram no mês de agosto a Escola de Serviço Público do Espírito Santo (Esesp), a Castiglione Consultoria, Assessoria, Estudos e Pesquisas Educacionais (Caepes) e a Universidade Corporativa Vale (Valer), da CVRD, cujo eixo de atuação é a promoção de ações educacionais. O objetivo foi obter informações e experiências que contribuíssem para a reformulação do PEC e ampliar sua qualidade.

A Esesp realiza um trabalho de capacitação profissional especificamente para servidores públicos. Durante visita, a assessora técnica da escola, Marise Manhago Andrade, apresentou editais de concursos públicos e uma tabela de honorários profissionais e de serviços que foram elaborados por eles. Com essas informações, o PEC poderá assessorar melhor às entidades de classe registradas no Crea-ES quanto a esses aspectos.

A Caepes é essencialmente uma promotora de eventos, mas com grande experiência em legislação, planejamento

e gestão educacional. A dirigente da empresa, Vera Lúcia Baptista Castiglione, é especialista na área de recursos humanos e desenvolvimento profissional, com vasto conhecimento em educação a distância. A empresa está apta a capacitar profissionais nas modalidades presencial e a distância e a elaborar cursos e seleção de profissionais.

A Valer tem uma instituição inovadora na área educacional, pois alinha ações de formação, atualização e desenvolvimento dos empregados às reais necessidades da empresa.

Além das visitas técnicas, durante os meses de abril, maio e junho, o PEC repensou sua proposta inicial. Após cinco anos de existência, os responsáveis pelo Programa de Educação Continuada escreveram um projeto denominado "O Novo PEC", que foi validado num workshop realizado para todos os funcionários e profissionais da área envolvidos direta e indiretamente com o programa.

O projeto está disponível na Consultoria de Comunicação do Crea-ES, onde o PEC está instalado. Também pode ser disponibilizado via e-mail. Os interessados poderão solicitar via tel (27) 3334-9925 ou por e-mail pec@creaes.org.br

"É muito bom saber que o Crea-ES mantém um programa de educação continuada, pois isso significa que seus dirigentes se preocupam em garantir qualidade nos serviços prestados pelos seus associados. Vejo a possibilidade de firmarmos uma parceria entre a Esesp e o Crea-ES para completarmos as turmas nos cursos de interesse em comum que nós oferecemos". Marise Manhago Andrade, Esesp.

ARQUIVO PESSOAL



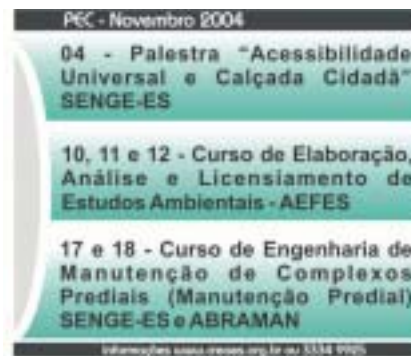
"Já está mais do que provado que oferecer ações na área de educação que possibilitem o desenvolvimento das competências críticas para uma empresa, aprimorar a capacidade intelectual e de aprendizagem dos empregados alavancam desempenhos individuais e da própria organização", Maria Lúcia Braga, analista de recursos humanos da Vale.

IZABELLA SALAZAR



"Saber que o Crea-ES está investindo em educação a distância, ou seja, no campo de atuação que venho desenvolvendo vários estudos, me dá satisfação pois tenho mais convicção de que estou investindo num caminho certo." Vera Lúcia Baptista Castiglione, especialista em Recursos Humanos e Desenvolvimento Profissional.

ARQUIVO PESSOAL



Estudantes querem salvar Rio Bubu

Inspirados pela Campanha da Fraternidade de 2004, uma equipe de alunos e professores das áreas de Geografia, Ciências e Informática do Centro Educacional Agostiniano, em Vitória, realizou um estudo sobre os impactos causados pelo homem nas águas do Rio Bubu, em Cariacica, Espírito Santo.

O "Projeto Águas do Rio Bubu" teve como uma de suas etapas iniciais o reconhecimento da situação atual do rio. Os alunos detectaram que o rio está morrendo e estudaram situações para revitalizá-lo. O Iema ajudou com a coleta e análise das águas.

Há 30 anos, o Rio Bubu era usado para navegação, transportando mercadorias do Moxuara até a Baía de Vitória. Hoje, o rio está assoreado e alguns dos seus pontos não chegam a 40 cm de profundidade. A maior causa da sua poluição é o esgoto doméstico, por isso os alunos pretendem desenvolver um trabalho de conscientização da população da região.

Um CD-Rom já foi produzido contendo fotos, depoimentos de moradores das encostas do rio, análise da água e um pequeno histórico do Rio Bubu e da sua importância para a região. O próximo passo é conseguir patrocínio para desenvolver trabalhos de conscientização e recuperação da mata ciliar e das águas.

AEFES

Dia de Campo

No dia 28 de agosto, o presidente da Associação dos Engenheiros Florestais do Espírito Santo - Aefes, Eng. Florestal Álvaro Garcia, participou do Dia de Campo em Silvicultura com o tema Florestas Econômicas, realizado no Centro de Agronegócios, em Marechal Floriano. Ele ministrou a palestra "O Uso de Espécies Florestais não Tradicionais". Participaram 94 pessoas, entre agricultores, autoridades, empresários, estudantes e técnicos. Foram realizadas visitas a campo para conhecer experiências e tecnologias sobre Tratamento e Uso da Madeira de Eucalipto, Técnicas de Plantio e Condução, Fomento Florestal e o Viveiro Florestal de Marechal Floriano. O Dia de Campo foi realizado pela Secretaria de Agricultura do Espírito Santo, com apoio de instituições e empresas privadas do setor.

IAB-ES

Valorização Profissional

O Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento do Espírito Santo - IAB-ES contratou a agência de publicidade TKG2 para a criação da campanha de Valorização Profissional que está nas ruas. O intuito da entidade com esta ação é valorizar o profissional de Arquitetura junto à sociedade, buscando conscientizar para a importância da contratação do serviço deste profissional. A campanha foi programada para ser veiculada durante quatro meses, sendo cada mês com um outdoor diferente e que culminará no mês de dezembro com o outdoor comemorativo do Dia do Arquiteto. Esta é a primeira de várias ações que o IAB-ES está programando para reforçar a inserção do arquiteto no mercado de trabalho.

IBAPE-ES

Congresso na Colômbia

O presidente do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias do Espírito Santo - Ibape-ES e o diretor vice-presidente de Relações Institucionais do Ibape Nacional, Eng. Civil Radezag Nasser Júnior, participou nos dias 20 e 23 de setembro, em Cartagena, na Colômbia, do XXI Congresso Panamericano de Avaliação e da Assembléia Ordinária da UPAV. Os eventos trataram de assuntos de interesse da Engenharia brasileira e incentivaram o intercâmbio de conhecimentos entre os avaliadores, destacando temas como Avaliação de Patrimônio Arquitetônico, Avaliação de Bens Ambientais, Avaliação de Imóveis e Máquinas e Normas Internacionais de Avaliação. Os eventos foram promovidos pela União Panamericana de Associações de Avaliação - UPAV, Sociedad Colombiana de Avaluadores e a Federacion Colombiana de Lonjas de Propiedad Raiz.

SINTEC

Posse da nova diretoria

Os técnicos industriais do Espírito Santo elegeram, no dia 14 de agosto, a nova diretoria do sindicato da classe. Os profissionais que conduzirão os trabalhos da entidade até 2007 são: Kepler Daniel Sérgio Eduardo (presidente); Gerson Eli Cruz (vice-presidente); Aivete Taquette (secretária geral); Luiz Antônio Valentim (secretário de finanças); Fábio Luiz Gama Pimentel (secretário de imprensa e comunicação); Heraldo Gonçalves Fogos (secretário de assuntos jurídicos); João Carlos de Souza (secretário de formação política, estudos socioeconômicos, cultura e lazer). Também foram eleitos os técnicos que fazem parte dos conselhos fiscais, de representantes e os delegados regionais.

SINTAES

Entidade quer restabelecer decisão de Câmara

A sessão 444ª aprovou por unanimidade o requerimento do Téc. Agrícola Carlos Genis da Silva, para ser responsável técnico pela empresa Rinagro, de Alto Rio Novo, que comercializa produtos agrícolas. Atendendo o pedido da Sociedade de Engenheiros Agrônomos para reexame da matéria aprovada, o Coordenador da Câmara, Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva reabriu a discussão, certo de que anularia a aprovação anterior, inclusive com o seu voto, que antes era a favor do Técnico Agrícola. O Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Espírito Santo - Sintaes encaminhou ofício ao Presidente do Crea-ES, pedindo providências contra o ato da coordenação da Câmara, em que esta, segundo o sindicato, desrespeita a regulamentação profissional dos Técnicos Agrícolas e a Decisão PL-0484/2004 do Confea, que reconhece os direitos dos Profissionais de Nível Médio.

SEE: 54 anos

A SEE, que completou 54 anos no último dia 25/09/2004, homenageia todos os colegas que tiveram participação em suas 20 gestões desde 25/09/1950 até a presente data, bem como, agradece ao seu quadro social composto de 1.400 colegas das categorias e modalidades de Agrimensura, Agronomia, Arquitetura e Engenharias (Civil, Elétrica, Florestal, Mecânica, Metalúrgica, de Minas, Química) que tanto contribuíram para ações e atuações realizadas em prol do bem estar, pela sustentabilidade e dignidade dos nossos profissionais e da engenharia capixaba.

No dia 25/09 a SEE e o IBEC, com apoio do PEC/CREA-ES, fizeram entrega de Declaração de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Custos - turma do período junho de 2002 a janeiro 2004.

SEEA: Salário Mínimo

A SEEA não abre mão do cumprimento da Lei 4950, que estabelece piso salarial de nove salários mínimos para os Engenheiros Agrônomos que trabalham oito horas diárias. Está sendo solicitado à Câmara Especializada de Engenharia Agrônoma do Crea-ES que passe a expedir autos de infração contra empresas, ONGs e órgãos públicos que estiverem descumprindo a lei. Cerca de 75% dos Engenheiros Agrônomos que trabalham no Incaper têm salários inferiores ao mínimo exigido por lei (R\$ 2.340,00). A situação ainda é pior para os profissionais do Idaf, que, com contratos temporários, têm médias salariais inferiores a R\$ 1.200,00. Para o presidente da SEEA, Hélder Paulo Carnielli, "o movimento está cada vez mais forte e, caso a lei continue sendo descumprida, poderá haver paralisação.

SENGE-ES: Acordo

Após quase dois meses de negociações, o Acordo Coletivo Vale do Rio Doce 2004/2005 foi assinado no dia 20/08. O presidente do Senge, Eng. Civil Luis Fernando Fiorotti representou o sindicato na reunião que firmou o acordo. A votação, aprovando o acordo por unanimidade, foi realizada no dia 11/08, com a participação de 104 engenheiros reunidos no auditório do Crea-ES.

De acordo com a proposta aprovada, os empregados receberão um reajuste salarial de 4,5% além de outros benefícios. Essa foi a contraproposta apresentada pela CVRD na terceira rodada de negociações realizada em Brasília, no dia 02/08, que contou com a participação de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego.

CEA

218 é debatida em reunião no Crea-ES

A coordenadora da Câmara Especializada de Arquitetura do Crea-ES, Arquiteta Patrícia Cordeiro, disse que a formação em Arquitetura e Urbanismo deve enfatizar a unicidade da profissão e uma formação geral. Segundo ela, a reformulação da resolução 218 não é positiva para a categoria, pois fragmenta a profissão ao permitir a especialização sem passar pela graduação. “Nós buscamos uma formação generalista na graduação e somente após a conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo é possível a especialização. A reformulação favorecerá o mercantilismo, com a proliferação de cursos que, por sua fragmentação, não se sustentarão”.

A Coordenadoria Nacional de Câmaras Especializadas de Arquitetura e Urbanismo também adota como posição o encerramento das discussões em torno do assunto.

CEEC

Contra a resolução 218

A Câmara Especializada de Engenharia Civil (CEEC) aprovou no dia 16/09, envio de expediente ao Confea, manifestando-se contrária à aprovação do projeto de reformulação da Resolução 218/73, caso não haja dilatação do prazo para aprofundamento das discussões sobre o tema.

A Coordenadoria Nacional das CEEC aprovou Moção, solicitando arquivamento de todos os projetos de decisões normativas sobre atribuições profissionais que tramitam paralelamente às discussões sobre a reformulação da Resolução 218/73 prejudicando os debates.

No dia 15/09 a Câmara ministrou uma palestra no Centro Tecnológico da Ufes, ressaltando a necessidade da participação de entidades de ensino e de todos os profissionais nos debates.

CEEI

Comissão realiza reunião nacional

Foi realizado entre os dias 20 a 22 de setembro, na cidade de Porto Alegre (RS), a IIIª reunião Nacional das Câmaras Especializadas de Engenharia Industrial.

Segundo o coordenador da CEEI do Crea-ES, Engenheiro Industrial Mecânico José Carlos de Assis, o Conselho esteve presente e participando ativamente com uma delegação bastante representativa e atuante durante as discussões dos pontos de pauta da reunião.

Durante o evento foram discutidos assuntos importantes para a modalidade Industrial, como a Regulamentação da Utilização do Gás Natural Veicular e o Gás Liquefeito de Petróleo como combustível alternativo, principalmente para as indústrias de motores a combustão; e decidida a utilização do Manual de Fiscalização da CEEI do Crea-SP, como referencial para as Câmaras Industriais de outros estados, enquanto o Confea aprova o Manual Nacional de Fiscalização.

Na reunião também foi apresentada, através do coordenador da CEEI do Crea/ES, a situação das pequenas oficinas de reparos mecânicos, que devido a uma decisão da Receita Federal, ficaram excluídas do sistema simples. Segundo Assis, o assunto teria chegado à Findes, colocando o Sistema Confea/



Participantes da reunião no RS

Crea como o grande responsável pelo problema criado entre oficinas mecânicas e receita federal.

Já entre os dias 12 e 19 de setembro os conselheiros Osvaldo Paiva, Ronaldo Neves, Adejair Pertel e o consultor da Câmara, Engenheiro Carlos de Laet, estiveram participando, em Curitiba, do Seminário Mundial da Associação Brasileira de Manutenção Mecânica – Abraman. Segundo Assis os assuntos petróleo, gás natural, meio ambiente e embarcação naval estão pré pautados, devido ao desenvolvimento futuro destas áreas ligadas a Engenharia Industrial.

A Câmara Industrial também esteve representada no IV Conemi, durante os dias 22, 23 e 24 de setembro, onde foram realizadas diversas palestras de interesse para os participantes.

CEEA

Câmara Agronomia – 750 profissionais participam de evento da Agronomia

O Simpósio Regional Norte/Sul de Rastreabilidade Bovina reuniu nos meses de agosto e setembro, nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, São Mateus e Nova Venécia, 750 participantes, entre produtores rurais, engenheiros agrônomos, médicos veterinários e zootecnistas.

O evento, organizado pelo Técnico Agrícola Dario Antonio de Almeida, coordenador adjunto da Câmara, proporcionou aos produtores e técnicos maiores conhecimentos sobre temas de-

cisivos para o desenvolvimento do setor agropecuário capixaba, como Rastreabilidade Bovina, Linhas de Crédito Rural, Aduação de Pastagens e Suplementação Alimentar.

A realização do Simpósio foi uma iniciativa da Câmara Especializada de Engenharia Agrônômica do Crea-ES, do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) juntos a outras parcerias.

Segundo os organizadores, nos próximos meses, Vitória também poderá sediar um evento deste tipo.

COMETI

Comissão de Ética e Mérito retoma trabalhos

A Comissão de Ética e Mérito do Crea-ES reativou suas atividades no dia 05 de outubro, com a eleição do Eng. Civil Radegaz Nasser Júnior para coordenador. Nesse mesmo dia, o Eng. Eletricista Flávio Tongo da Silva entrou para Comissão, substituindo o Eng. Civil Carlos Aragon Carpanedo e assumindo o cargo de coordenador adjunto.

A Comissão de Ética e Mérito é um órgão auxiliar da Câmara e do Plenário, com a função de instruir processos de infração ao Código de Ética, submetendo-os à apreciação e ao julgamento da câmara especializada respectiva. Cabe também a essa comissão sugerir ao Plenário alterações no Código de Ética Profissional, que, se aprovadas, são encaminhadas ao Confea para consulta às entidades de classe e posterior implementação.

COMISSÃO DE ÉTICA E MÉRITO DO CREA-ES

Eng. Civil Radegaz Nasser Júnior

Eng. Eletricista Flávio Tongo da Silva

Eng. Florestal Álvaro Garcia

Arquiteta Patrícia Cordeiro

Téc. em Eletrônica José Joaquim S. Gonçalves

Crea-ES faz 45 anos e lança concurso de selo comemorativo

O Crea-ES lança o concurso "Crea-ES 45 Anos", que definirá o Selo Comemorativo de 45 anos de fundação do Conselho. O concurso é aberto para profissionais do Espírito Santo em situação regular perante o Crea-ES e terá premiação de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para o vencedor ou equipe vencedora.

O Selo Comemorativo será utilizado durante todo o ano de 2005 em peças publi-citárias, documentos, correspondências e onde mais o Crea-ES entender necessário.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no período de 18 de outubro a 24 de novembro de 2004, na sede do Crea-ES.

A entrega do prêmio acontecerá no dia 10 de dezembro de 2004, no Clube de Regatas Álvares Cabral, durante a festa em comemoração ao Dia do Engenheiro e do Arquiteto.

O edital, o regulamento completo e a ficha de inscrição podem ser encontrados no site www.creaes.org.br

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (27)3334 9928.

CEEE

Coordenadoria se reúne em Belo Horizonte

A 3ª Reunião Nacional da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Elétrica resultou na elaboração de um documento contendo sugestões de profissionais de todo o país para melhoria da Resolução 218/73 do Confea.

O evento foi realizado durante os dias 15,16 e 17 de setembro em Belo Horizonte, Minas Gerais.

O conselheiro titular, Engenheiro

Eletricista e de Segurança do Trabalho Muciano Cabral Filho e o consultor técnico, Engenheiro Eletricista Ernani de Castro Gama, representaram a Câmara Especializada de Engenharia Elétrica do Crea-ES na reunião.

Temas como Cercas Elétricas nos Perímetros Urbano e Rural, NR-18, Fiscalização em Radiodifusão e Internet via Rádio e Ondas Eletromagnéticas não Ionizantes também foram debatidos.

CTC

Comissão analisa contas do Crea

A Comissão de Tomada de Contas do Crea-ES tem como objetivo principal a análise de todos os procedimentos de movimentação financeira do Conselho, bem como os lançamentos contábeis e apuração patrimonial.

A verificação é feita a partir dos documentos, processos e demonstrativos de resultado, considerando a legislação que recebe a matéria e o orçamento-programa aprovado pelo Confea, para o exercício correspondente, sendo emitido parecer para deliberação em Plenária.

A comissão é eleita também em Plenária e tem mandato de 1 ano. Atualmente é composta de 4 membros, cujos eleitos para o período de 01/01/2004 à 31/12/2004 são os Conselheiros Eng. Civil Sérgio Paula Doria Vidal (coordenador), Eng. Civil José Antônio do Amaral Filho, Téc. em Mecânica Ronaldo Neves Cruz e Eng. Industrial Mecânico Adalberto Fernando Tres. O Eng. Civil Luiz Agostinho Apolinário também é membro da Comissão, porém, está licenciado.

CEST

Os Engenheiros e as lides trabalhistas

O profissional de Engenharia poderá estar relacionado com questões trabalhistas como parte integrante do processo ou, ainda, como auxiliar da justiça.

Como parte do processo, o profissional de engenharia poderá estar envolvido em uma das situações a saber:

a) **Autor:** quando na condição de empregado ou ex-empregado, vir a reenviudar seus direitos naquela Especializada;

b) **Preposto:** quando na condição de empregado for designado pelo empregador a vir representá-lo naquela Especializada;

c) **Réu:** quando na condição de patrão, for citado pelo juízo para responder os fa-

tos articulados pelo Autor na exordial.

Como auxiliar da justiça, o profissional de Engenharia poderá atuar como perito nas lides de insalubridade e/ou periculosidade, desde que atenda o pré-requisito estabelecido no art. 195 da CLT (Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho), podendo, neste caso, atuar como:

a) **Perito do Juízo:** quando, nomeado pelo juiz para apuração, devido a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.

b) **Perito Assistente:** quando, indicado pelas partes, autor e/ou réu, para acompanhar o perito do juízo na apuração do fato técnico. Mais informações podem ser obtidas pelo email seguranca@creaes.org.br

EM TEMPO

Encerra-se em 31 de janeiro de 2005, o prazo para inscrições para concorrer ao Prêmio Confea de Jornalismo, que tem como tema central "Exercício Profissional e Cidades Sustentáveis". Resultado da parceria feita entre o Conselho Federal e a Federação Nacional dos Jornalistas, o concurso é aberto a jornalistas com diploma de nível superior, associados a sindicatos filiados à Fenaj. Podem concorrer matérias jornalísticas publicadas entre 1º de janeiro de 2004 e 31 de janeiro do ano que vem em revistas, jornais e internet, TVs e rádios locais, regionais ou nacionais. O tema deve focar como engenheiros, arquitetos, geógrafos, geólogos, agrônomos e demais profissionais da área tecnológica representadas pelo Sistema Confea/Crea, influenciam na qualidade de vida das cidades brasileiras. O prêmio destina R\$ 5 mil, troféu e diploma de participação ao primeiro colocado em cada categoria em que está dividido: mídias impressa e televisiva, rádio, internet e fotografia. O edital e a ficha de inscrição do concurso estão disponíveis no endereço <<http://www.confea.org.br>>

61ª. SOEAA/5º CNP

Direito Ambiental e Cidades Sustentáveis; Gestão Municipal de Resíduos Sólidos; Rastreabilidade, Automação e Auditoria Ambiental são alguns dos temas dos cursos que serão promovidos durante a 61ª SOEAA (Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia) e 5º CNP (Congresso Nacional dos Profissionais), entre os dias 30 de novembro a 4 de dezembro, em São Luís (MA). Durante a SOEAA, (dias 1 e 2), acontecerão duas conferências e quatro painéis.

O objetivo é no sentido de abranger todas as áreas de conhecimento. Os painéis, cujos debatedores e palestrantes ainda estão sendo definidos pela Comissão Organizadora do evento, tratarão das seguintes questões: saneamento ambiental e projeto social; desafios do agronegócio; desafios habitacionais e desafios de infraestrutura, energia alternativa, telecomunicações e tendências

COBENGE

Realizado de 14 a 17 de setembro, na Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, o XXXII COBENGE (Congresso Brasileiro de Engenharia) foi marcado pela defesa do espírito empreendedor e da inovação tecnológica. Os debates do dia 15 contaram com a presença do presidente do Confea, eng. Wilson Lang, que falou sobre "Desafios do sistema Confea/Creas frente ao novo paradigma da formação flexível do engenheiro".

A mesa redonda contou ainda com os professores Luiz Carlos Scavarda, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e Maria José Gazzi, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). De acordo com Lang, a definição do perfil do novo engenheiro necessita de uma discussão conjunta entre os institutos de formação superior e o próprio Sistema Confea/Creas. Para Scavarda, a engenharia tem que se adaptar aos processos internacionais de avaliação profissional.

RESULTADOS POSITIVOS

Por aclamação, os cerca de 300 participantes do XXI Congresso Pan-americano de Avaliação, realizado de 20 a 23 de setembro último, na cidade colombiana de Cartagena, elegeram o Brasil para sediar a próxima edição do evento, em 2006 e, automaticamente, assumir a direção da Upavi (União Panamericana de Associações de Avaliações), representado pelo Ibape (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia), autor da proposta.

O presidente do Confea, Wilson Lang e Radegaz Nasser um dos quatro vice-presidentes do Ibape que participaram da delegação brasileira, concordam que as avaliações e perícias formam um segmento que a cada dia vem se destacando como especialidade e que sediar um evento do porte do congresso Pan americano "trará resultados positivos para o Brasil".

NOVOS CONCEITOS

Especialmente saudada pelo ministro das Cidades, Olívio Dutra, a participação do Confea no Fórum Urbano Mundial e na VI Reunião Internacional da Arquitetura sem Fronteiras, realizados em Barcelona na Espanha, entre 13 e 18 de setembro, "foi mais que positiva e fez a diferença", disse o arquiteto Alberto de Faria, presidente do Crea-DF e um dos integrantes da delegação brasileira presente ao evento. Para ele, "a participação do Sistema Confea/Creas nesse tipo de atividade é mais que importante, é necessária".

BRASIL E ANGOLA

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Confea estão instalando em Angola, por meio da Ordem dos Engenheiros daquele país, 20 computadores do Projeto Telecentros de Informação e Negócios. Na sexta-feira 10/09, o projeto foi apresentado ao Bastonário da Ordem, José Dias, em reunião na sede do ministério, com a presença do presidente do Confea, eng. Wilson Lang.

"Para nós é uma ferramenta que vai viabilizar que as nossas comunidades acessem informações fundamentais para seus negócios", disse José Dias, agradecendo o empenho e interesse do Confea e do MDIC em incluir Angola no projeto. Uma das máquinas ficará na sede da própria Ordem. Além de Angola, Cuba receberá equipamentos do Telecentros.

José Rincon Ferreira, diretor de Articulação Tecnológica do MDIC, explicou que a expansão do projeto para outros países tem o objetivo de proporcionar troca de conteúdos estratégicos para a ampliação de negócios. O MDIC entra com o conteúdo que permite aos empresários desenvolverem seus negócios e os parceiros - hoje 64, entre eles o Sistema Confea/Crea - entram com infra-estrutura e capacitação.

JOVENS TALENTOS

Em reconhecimento ao talento dos jovens engenheiros e como incentivo a pesquisa, o Confea levará em sua delegação um grupo de estudantes premiados para participar da Convenção Mundial de Engenharia, WEC 2004, que acontecerá na China de 2 a 6 de novembro. São eles: Luciano Batista Almeida Franco / Universidade Federal de Goiás - UFG; Alessandra Oliveira da Silva / Faculdade de Engenharia São Paulo - FESP; Selauco Vurobi Júnior / Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG; Iulla Naiff Rabelo de Souza Reis - Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA; e Dêrcio Fabiano G. Papafanourakis - Universidade Federal de Campina Grande - UFPB.

PASSO INICIAL

A reestruturação do DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes), a começar pela valorização de seus funcionários, foi defendida por todos os participantes do seminário "Políticas de Gestão de Investimento em Infra-estrutura de Transportes" realizado na sede do Confea, em Brasília, dia 16 de setembro último. Para o presidente do conselho federal, Wilson Lang, "estamos à beira de um 'apagão' nessa área. Precisamos investir na formação do capital humano do DNIT, que carece de treinamento, e instrumentos para trabalhar". Além de representantes do DNIT, o evento reuniu a Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (ANEOR), Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem, Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (ANUT), Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre outros.

O ex-ministro dos Transportes, Cloraldino Severo falou que o CONIT (Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte), "existe no papel, mas não funciona na prática. É preciso descentralizar as ações, articular as políticas públicas e estabelecer um limite para que a defesa de interesses não crie impasses para o avanço dos Transportes. Nesse sentido, a reformulação do DNIT e a efetivação do CONIT são fundamentais", defendeu

POSSE

Eleito membro da Academia Pan-Americana de Engenharia, o presidente do Confea, Wilson Lang, tomou posse dia 22 de setembro último, no Palácio de Minería, na Cidade do México. Composta por membros convidados - indicados a partir das contribuições relevantes que tenham dado à profissão e ao desenvolvimento tecnológico - a Academia foi fundada em 2004, no Panamá, pela União Panamericana de Engenheiros e Federação Pan Americana de Sociedades de Engenharia. Além do presidente do Confea, foram empossados outros dois brasileiros: o presidente da Engevix (empresa de engenha), Cristiano Kock e o vice-reitor da PUC-RJ, Luiz Carlos Scavarda.

COMPETITIVIDADE

Os conselheiros federais, Élbio Maich e Paulo Rangel, respectivamente engenheiro eletricista e mecânico, são os representantes do Confea que participa dias 21 e 22 de outubro do XV Congresso da OEP (Ordem dos Engenheiros de Portugal) que acontece em Lisboa. Os debates programados giram em torno do tema central do evento: "A importância da Engenharia na Competitividade". A programação que inclui palestras sobre inovação e desenvolvimento, a sinergia entre indústria e universidade e a gestão da informação e sua competitividade, propõe aos profissionais uma reflexão sobre o seu papel no progresso dos países.

CDEN

O anteprojeto de reforma da Resolução 218/73 foi debatido durante a reunião extraordinária do Cden (Colégio de Entidades Nacionais), dias 13 a 15 de setembro, na sede do Confea, na Capital Federal. Algumas dúvidas dos 29 representantes de entidades que integram o colegiado foram esclarecidas pelo coordenador da CEP (Comissão do Exercício Profissional), eng. mecânico e conselheiro Paulo Rangel e pelo consultor e eng. eletricista e mecânico, Ruy Carlos de Camargo Vieira, autor do texto do anteprojeto.

Antecipando o futuro:

Cidades capixabas buscam SUSTENTABILIDADE



Planejamento para se desenvolver com qualidade e benefícios que atinjam a todos e por bastante tempo, sem que para isso, haja prejuízo para o meio ambiente. O conceito da Agenda 21, que há anos era uma novidade para a maioria dos brasileiros hoje já começa a fazer parte das discussões de vários segmentos da sociedade, além de ter virado a “menina dos olhos” do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Segundo dados do próprio MMA, cerca de 500 municípios já estão discutindo a implantação de sua agenda local.

A “Sustentabilidade no campo e na cidade” foi tema dos debates do 5º Congresso Capixaba dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, no mês passado. Esta iniciativa demonstra o compromisso assumido pelo sistema Confea/Creas de ampliar as discussões sobre o tema Sustentabilidade, que também será o eixo temático do 5º Congresso Nacional de Profissionais, em dezembro.

Mesmo que para alguns, a proposta da Agenda 21 ainda pareça difusa e sem um comprometimento legal com a população, para várias administrações públicas ela tem se mostrado um norte nas ações de desenvolvimento e colocado para a população o desafio de uma escolha fundamental: que tipo de cidade e de nação se deseja para si e para as gerações futuras?

No Espírito Santo, várias experiências mostram que a aplicação desse planejamento pode transformar a realidade e a imagem das cidades. Há casos em que o apoio da iniciativa privada é necessário para que o projeto deslanche.

A experiência mais antiga do ES é a da capital, Vitória, que elaborou sua Agenda 21 em 1996, contida num documento intitulado “Vitória do Futuro”. O que era para ser o planejamento estratégico de uma prefeitura, acabou virando a primeira Agenda 21 do Espírito Santo, e uma das primeiras do país. Isso porque a metodologia utilizada era muito parecida com a orientada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio-92, onde a Agenda 21 surgiu.

A participação popular nas discussões foi contemplada com seminários e com redações dos alunos de escolas públicas e privadas, sobre o tema “Como você vê Vitória daqui a 15 anos?” Um grande conselho foi formado por mais de 500 representantes de vários segmentos sociais da cidade (empresas, associações, poder público, além de artistas) para opinar sobre os problemas da capital e sobre formas de solucioná-los. Um outro conselho, chamado de consultivo, com 33 membros, era responsável por propor as ações do projeto. Hoje ele existe ainda e é presidido

pelo presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), José Armando Campos.

Um grupo de especialistas das áreas de economia, saúde, educação, cultura, meio ambiente, esporte, turismo, segurança e urbanismo assessorou toda a elaboração do Vitória do Futuro e a sua revisão realizada em 2002. Para garantir o progresso das ações, “grupos de impulso”, foram responsáveis pelo acompanhamento de cada um dos 295 projetos aprovados durante a revisão.

Alguns frutos da Agenda elaborada em 1996, já podem ser colhidos hoje, segundo a secretária executiva do projeto Vitória do Futuro, Ivani Soares Zechinelli. “Foi diagnosticado na época, que Vitória era muito carente de áreas verdes. Hoje temos 12 parques na cidade, bem cuidados e distribuídos, além de diversas praças”, informa. Outro ponto destacado pela secretária foi a implantação (ainda em curso) do Projeto Terra, que prevê a urbanização dos morros e mangues da capital, onde a ocupação aconteceu de forma desordenada. “Ele começou em 97, logo depois de a Agenda ficar pronta e ainda não terminou, mas onde o projeto funciona a realidade de moradores já mudou”, afirma.

Em 2002, veio a necessidade de rever o Vitória do Futuro. “Percebemos que antes de completar 15 anos já havíamos conseguido atingir várias metas, e que muitas mudanças também ti-



SÉRGIO CARDOSO



materia de capa

Os municípios da Grande Vitória já fizeram seus projetos de Agenda 21. Vitória foi a pioneira e já fez a primeira revisão. O planejamento define condições de crescimento sustentável das cidades.

chinelli. O aumento nas exportações e o crescimento dos setores de comércio e serviços foram parte dos motivos para essa revisão. A produção de gás natural no norte do Estado e a exploração de petróleo no sul também contribuíram para que Vitória fosse base de apoio para novas empresas e tivesse as atividades portuárias incrementadas.

Hoje, o Vitória do Futuro passa por uma nova fase e deve deixar de ser gerido pela prefeitura. Até o final deste ano, segundo Zecchinelli, o projeto vai virar uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), formada por um conselho consultivo e por uma secretaria executiva, com o apoio da administração, mas não mais gerido por ela. “O conselho foi institucionalizado, e agora, em outubro, vai se reunir para aprovar o seu estatuto”, afirmou.

SERRA

Na Grande Vitória, outra experiência de Agenda 21 de destaque é a do município de Serra, elaborada em 2000 para um período de 20 anos. As discussões da Agenda 21 na Serra envolveram mais de 400 pessoas, em seminários e debates e ainda houve a contratação de consultores especializados em cada área. Foram aprovadas 291 ações, com o envolvimento da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, da Associação de Empresários da Serra (Ases) e da Federação de

Associações de Moradores. Os recursos para financiar o projeto vieram da Prefeitura e de 12 empresas locais. As crianças e jovens (4,5 mil alunos da rede municipal de ensino) também fizeram parte do projeto com redações sobre “A Serra que eu quero em 2020”. Debates em faculdades privadas e pesquisas de opinião também foram utilizadas.

Em sua agenda, o município apontou pontos fracos e fortes existentes no momento da realização do projeto, e, ainda, ameaças e oportunidades para o futuro. Em 2004, um levantamento das ações já executadas e dos entraves encontrados foi feito pela administração. Do total, 68% das metas já foram atingidas. Os outros 32% envolvem setores importantes como rede de esgoto e sistema viário, que ainda não é municipalizado. De acordo com Elaine Delpupo, diretora do Departamento de Administração Estratégica da Serra, o entrave está nos projetos mais volumosos. “Nossa meta é atingir 250 quilômetros de rede de esgoto, beneficiando toda a população. Já somos o município da Grande Vitória que mais tem esgoto tratado, mas dependemos de uma parceria com a Cesan, o que já envolve o Governo do Estado ou depende de vários estudos”, explicou.

Entre as metas atingidas na Serra, Elaine destaca as melhorias na rede básica de saúde, com a construção de qua-

tro grandes unidades regionais no município para atender à população em diversas especialidades médicas, além da criação de equipes de saúde mental.

CARIACICA

O “Cariacica vale mais”, a Agenda 21 do município, também foi concluído recentemente. Através de um convênio com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o planejamento foi realizado durante um ano e meio e teve a participação de mais de 2 mil moradores da cidade. Um conselho de desenvolvimento, hoje presidido por um representante da empresa, conta com a participação do poder público, das organizações não governamentais do município, além de empresas privadas para acompanhar o andamento do “Cariacica vale mais”, cujo prazo de execução se esgota em 2023.

Uma das prioridades estipuladas no projeto, o Plano Diretor Urbano de Cariacica, já foi elaborada e está na Câmara Municipal para ser aprovado ainda neste ano. O Pólo Industrial, apontado como necessidade e forma de gerar empregos na cidade, já está sendo implantado, de acordo com a secretária municipal de Planejamento, Terezinha Lemos, com três empresas instaladas no município, entre elas uma empreiteira da própria CVRD.

Outro avanço, segundo Teresa, foi na área de meio ambiente. “A legislação

municipal sobre o assunto está sendo atualizada e alguns pontos já serão executados, pois foram determinados na agenda 21, como a criação de um parque aquático no local onde hoje existe uma lagoa abandonada entre os bairros Porto Novo e Flexal, que vai deixar de ser problema para virar ponto turístico”, afirmou.

VILA VELHA

Concluída em julho deste ano, a Agenda 21 do município de Vila Velha chama atenção pelo peso dado à participação social no processo de elaboração do planejamento, um dos fatores mais importantes para que as metas sejam alcançadas e representem a vontade da maioria da população envolvida.

Iniciada em 2001, a Agenda de Vila Velha envolveu cerca de 4 mil moradores, entre os quais 1,7 mil participaram da maior parte das reuniões e seminários. Ainda na fase de captação de recursos, a presença do Conselho Comunitário da cidade (com representantes de 104 bairros) e do Movivi (Movimento Vida Nova Vila Velha) foi decisiva até que os recursos federais e outros parceiros financiassem o projeto.

Depois, o município foi dividido em 13 pólos regionais e foram feitos dois diagnósticos, detalhando problemas e potencialidades, por uma equipe técnica e, ao mesmo tempo, por lideranças comunitárias. “O melhor desse processo todo envolvendo a comunidade em todos os debates, foi que, ao final, quando as análises se juntaram, cerca de 90% dos problemas detectados pela comunidade também haviam sido diagnosticados pelos técnicos. Foi uma sintonia muito grande”, informa a consultora da Coordenação Técnica da Agenda 21, em Vila Velha, Madalena de Carvalho Nepomuceno.

SERGIO CARDOSO



Em Vitória, os investimentos foram voltados para a urbanização de morros e arborização

Após a junção de diagnósticos, o trabalho foi apresentado no 1º Fórum de Debates da Agenda 21 no município, onde foram traçadas as linhas de ação e metas para colocar a agenda em prática. Foram definidas ainda quatro linhas a serem trabalhadas: Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Urbano e Ambiental; Desenvolvimento Econômico e Administração Pública e Gestão da Cidade.

Entre os principais pontos apontados na agenda de Vila Velha, está a necessidade de desenvolver as atividades portuárias do município e o incentivo ao turismo, também identificado como um grande potencial de desenvolvimento da cidade.

Segundo Nepomuceno, a equipe está definindo os instrumentos de gestão e de monitoramento das metas traçadas. Um conselho executivo da Agenda 21 está sendo organizado e se discute a possibilidade de transformá-lo numa organização da sociedade civil pública (oscip).

OPINIÃO

Arquiteto Antônio Chalhuh

“Agenda 21 deveria ser mais prática”

“Acho que as agendas 21 deveriam ter uma aplicação mais prática, e que a população pudesse cobrar a sua execução ao longo dos anos, senão ela pode virar uma mera carta de intenções, sem respaldo jurídico e, às vezes, um simples plano de governo, que com a troca de administração corre o risco de ficar no papel.”

A opinião é do arquiteto e urbanista Antonio Chalhuh, que apresentou seu livro “Plano Ambiental Urbano e o Exercício da Cidadania: a experiência de Alto Rio Novo/ES”, no auditório do Crea-ES, no dia 27 de setembro.

Para Chalhuh, a elaboração do PDAU de Alto Rio Novo foi pioneira, por juntar num só plano, regras para a ocupação urbana e a preservação ambiental, o que em parte, contempla vários pontos da proposta de Agenda 21 local, com a vantagem de o plano ser uma lei e de sua execução poder ser cobrada pela população. “Já participei da elaboração do PDU de várias cidades e nunca as pessoas experimentaram juntar estes dois aspectos. Na maior parte das vezes, a legislação ambiental estava em conflito com as regras do PDU, quando deveriam estar integradas”, explicou.

A empresa de Chalhuh, a Idear Arquitetura e Consultoria, venceu a licitação da prefeitura de Alto Rio Novo para coordenar a elaboração do PDU da cidade, que acabou virando PDAU, definindo também regras para gestão e conservação dos recursos naturais da cidade.

O plano, elaborado entre 2001 e 2002, foi aprovado pela Câmara Municipal no ano passado e teve como um dos principais desafios, segundo Chalhuh, a participação popular. “As pessoas se reconheciam nos mapas mostrados, conheciam todos os locais mostrados, mas a participação nas audiências públicas ainda foi pequena”, lamenta. Um retrato de todo esse processo e do que já foi conseguido através do PDAU está no livro de Chalhuh, que já parte para outro projeto. “Estou trabalhando em outro livro, que deve ficar mais restrito à legislação urbana e ambiental”.



O que é Agenda 21?

Planejamento para 20 ou mais anos, baseado em 21 pontos que visam ao desenvolvimento econômico com justiça social e preservação ambiental. Surgiu na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como “ECO-92”, realizada no RJ, em 1992, em que 178 países se comprometeram a buscar o desenvolvimento sustentável, elaborando agendas 21 nacionais e locais.

Quem elabora?

A elaboração da Agenda 21 parte da iniciativa do poder público (prefeituras, governos estaduais e federal), mas deve ter o envolvimento máximo da sociedade, que aponta as suas demandas principais e seus projetos para a cidade.



Quem participa?

Técnicos, especialistas contratados pela prefeitura, empresas, associações, ong’s, e a população, que, além de estar representada nos conselhos deliberativos, deve ter a oportunidade de participar diretamente das discussões, em seminários e debates.



O papel dos técnicos nas definições

Acomodar interesses dentro de um objetivo comum é uma das principais dificuldades na hora de implantar um programa de Agenda 21 local ou regional, na opinião do assessor especial de Desenvolvimento Urbano do Crea-ES, Carlos Teixeira de Campos Junior.

Esta é a principal contribuição dos técnicos de cada área na elaboração da Agenda 21. "Eles fazem o diagnóstico, mostram os principais problemas e fazem as projeções. Como são envolvidos segmentos da sociedade muito diversos, é comum que um traga apenas o problema que mais incomoda, e não aquele que pode ser um grande problema para a maioria, como questões ligadas ao saneamento e à habitação, por exemplo", explicou.

A tese "Cidade justa, democrática e sustentável", uma das apresentadas no V Conceia, em setembro deste ano, é citada por ele como um bom indicativo pra definir os princípios comuns de onde vão partir as discussões para a implantação da Agenda. "Achamos que essa é uma das formas de se chegar a um desenvolvimento duradouro. Cidade justa para que todos tenham acesso aos benefícios que ela oferece; democrática para que todos os segmentos locais estejam representados na tomada de decisões; e sustentável para que, ao decidir, não se pense apenas em quem está vivendo ali naquele momento, para não ter que requalificar os espaços depois, como está acontecendo agora com o centro de Vitória", completou.

Outro gargalo das discussões sobre a Agenda 21, segundo Teixeira, é a participação de todos os envolvidos: "a nossa participação nessas discussões é ainda muito recente, mas é preciso exercitá-la. Mesmo que todos estejam de acordo com os mesmos princípios traçados, na hora de atingir as metas, algum interesse vai ser prejudicado. Ainda assim, não dá para pensar em Agenda 21 sem a participação e o envolvimento de todos os segmentos da sociedade: o pobre, o rico, o institucional, a empresa, a comunidade".

Crea apóia Agenda 21 em Presidente Kennedy e Alto Rio Novo

Incentivo e apoio aos debates sobre Agenda 21 nos municípios do Espírito Santo e Fiscalização Preventiva Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. As iniciativas, ambas em execução pela Comissão de Meio Ambiente do Crea-ES, estão diretamente ligadas à proposta do Sistema Confea/Crea de apoio ao desenvolvimento sustentável. Este projeto foi ampliado em junho deste ano, com a assinatura do protocolo de intenções entre o Conselho Federal e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). A capilaridade do Sistema (existem regionais, inspetorias e profissionais ligados ao Crea em todo o país) e o fato de ser o conselho profissional que está ligado diretamente ao desenvolvimento tecnológico das cidades, tornaram a parceria com o MMA possível.

A atuação do Crea-ES nas discussões sobre a Agenda 21 dos municípios começou com um levantamento das 77 cidades do Estado para identificar onde a Agenda já existia, onde já estava em execução, e em que fase estava o processo. De acordo com o coordenador da comissão, Eng. Civil Marcos Motta Ferreira, nessa primeira

etapa, os trabalhos serão centralizados em dois municípios: o de Alto Rio Novo, no norte do Estado, e o de Presidente Kennedy. "São municípios que de uma forma ou de outra já estão mais abertos à discussão da Agenda 21, e onde ela se faz necessária", afirmou. A prefeitura de Alto Rio Novo, que acabou de elaborar um Plano Diretor Ambiental e Urbano (PDAU), se mostrou receptiva à proposta do Crea-ES, que pretende, com o apoio de profissionais ligados ao Sistema nestas cidades, colaborar para a implantação da Agenda 21 local.

No caso de Presidente Kennedy, a escolha foi pontual: "a cidade já está passando por transformações e vai passar por várias outras, por causa da exploração do petróleo na região. Por isso, a elaboração desse planejamento no município é urgente, para que a população possa discutir e definir como a cidade deve se desenvolver, sem prejudicar a qualidade de vida dos moradores", explica Motta. Nos dois casos, representantes do Crea-ES e das prefeituras se reúnem ainda neste semestre para definir detalhes da parceria.

FPI Rio Doce define método de trabalho

No dia 20 de setembro, a Equipe de Fiscalização do Crea-ES se reuniu com representantes do Ministério Público do Estado e de Minas Gerais, do Instituto de Defesa Agropecuária (Idaf), do Inkra e do Departamento Nacional de Preservação Mineral (DNPM) para definir a metodologia das ações de fiscalização da Bacia do Rio Doce. A FPI Rio Doce, fruto de uma parceria entre Crea-ES, Crea-MG e Agência Nacional de Águas (ANA) está passando pelas últimas etapas de treinamento para começar a atuar em solo capixaba. Além de fiscalizar, a FPI vai diagnosticar o uso da água do rio em toda a bacia e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de exploração indevida das águas do Rio Doce.

De onde vêm os recursos?

Nas agendas locais, em geral, vêm da própria Prefeitura, em parceria com empresas do município. A participação da iniciativa privada é cada vez mais frequente, o que também tem recebido apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A partir deste ano, o MMA incluiu R\$ 16 milhões para implantação de Agenda 21 no Plano Plurianual.



Quanto tempo demora?

As agendas locais tem levado de 1 a 2 anos para serem elaboradas. A duração depende do ritmo de atuação dos parceiros envolvidos em sua execução.



O que realiza?

Define metas de longo prazo para o desenvolvimento sustentável nas áreas prioritizadas pela cidade, entre elas meio ambiente, saúde, educação, geração de empregos, além de cultura e esporte.



Ufes, 1968

FLÁVIO GONÇALVES

CENTRO TECNOLÓGICO

Possibilidade de retomada de convênios

Em 1951, foi fundada a Escola Politécnica do Espírito Santo, que, mais tarde, seria integrada à Ufes, tornando-se o Centro Tecnológico (CT). Atualmente o CT oferece sete cursos de graduação - as Engenharias Civil, Elétrica, Mecânica, de Computação e Ambiental, Tecnologia Mecânica e Ciência da Computação - e, ainda, cinco cursos de mestrado - Engenharia Mecânica, Civil, Elétrica, Ambiental e Informática - e um curso de doutorado - Engenharia Elétrica.

Segundo a Engenheira Civil e Diretora do Centro, Maristela Gomes da Silva, o planejamento estratégico do CT (2002-2017) prevê a criação do Curso de Graduação de Engenharia de Produção, que atenderia a uma demanda de profissionais das áreas de serviços e indústria. Até o final deste ano será definida a criação ou não do novo curso, que poderia iniciar suas atividades em 2006.

Existe a possibilidade de retomada do convênio entre a

universidade e o Crea-ES para que os profissionais possam cursar as disciplinas optativas já oferecidas nos cursos existentes. Também podem ser desenvolvidos cursos de extensão, através de parceria com o Programa de Educação Continuada do Conselho. “Precisamos oferecer cursos com uma média de 20 horas, divididos em módulos e de baixo custo para que os profissionais possam participar”, afirmou a diretora.

Apesar da possibilidade de geração de empregos devido aos altos investimentos previstos para o Estado nos próximos anos, o aumento do número de vagas nos cursos de graduação do CT parece não ser prioridade no momento. “Precisamos avaliar se o mercado suporta mais profissionais da nossa área. Não podemos aumentar o número de formandos com o risco de gerar uma desvalorização profissional e sub-empregos. E se fôssemos criar novas vagas, precisaríamos de mais recursos financeiros”, afirmou Maristela.

U F

50 A

E MUITOS

Responsável pela formação de grande parte dos profissionais reunidos pelo CREA,

Ao completar 50 anos, a Universidade Federal do Espírito Santo ainda é a única universidade pública do Estado, oferecendo os mais concorridos e conceituados cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Agora, com a perspectiva real de vultosos investimentos no Espírito Santo, a Ufes poderia estar atuando de forma mais significativa para o processo de desenvolvimento econômico e social do Estado, mas enfrenta um grande desafio: a falta de recursos públicos.

Os números comprovam que as dificuldades em infra-estrutura, recursos humanos e investimentos são resultado do pequeno e já comprometido orçamento da Ufes. Em 2003, o orçamento foi de R\$ 195,9 milhões, sendo que R\$ 148,3 milhões foram destinados ao pagamento de salários de ativos e aposentados e R\$ 44,8 milhões para os gastos com custeio da instituição. Restaram apenas R\$ 2,6 milhões disponíveis para investimentos.

O custeio total da Universidade que, em 1999, era de R\$ 246 milhões foi reduzido para os atuais R\$ 195,9 milhões. Diante da falta de recursos para o desenvolvimento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, as universidades públicas têm que captar recursos de outras formas. A Fundação Ceciliano Abel de Almeida - FCAA - e a Fundação Espírito-Santense de Tecnologia - FEST - são fundações de direito privado e sem fins lucrativos criadas para ajudar a Ufes a captar

JULHO/AGOSTO/SETEMBRO-2004

E S NOS DESAFIOS

a Ufes chega aos 50 anos com muitas conquistas, mas com uma série de dificuldades a superar

recursos nacionais e internacionais, de origem pública e privada. Somente em 2003 foram obtidos através de parcerias e convênios R\$ 24,5 milhões.

A cada ano comprova-se a demanda por um aumento significativo do número de vagas no ensino superior. Entre 1992 e 2002, das 264.830 pessoas que prestaram o vestibular para a Ufes, apenas 29.550 puderam ingressar nos cursos da instituição. Hoje a universidade tem cerca de 14.300 estudantes, sendo 12.500 em 43 cursos de graduação, 932 em 27 cursos de especialização, 645 em 17 mestrados e 96 em 4 doutorados. Em 2003, um total de 1.870 profissionais foram formados pela Ufes. Há três anos a Ufes iniciou uma experiência de ensino a distância e hoje mantém 6.787 estudantes de graduação nesta modalidade.

Durante a última década a não realização de concursos públicos levou a uma diminuição de ¼ do número de professores. Em 2003 a Universidade contava com 1.051, sendo 831 efetivos e 220 substitutos. No mesmo período, a redução do número de técnicos-administrativos foi 17,2%, chegando aos 2.019 profissionais disponíveis.

Neste ano, o Governo Federal autorizou que a UFES realizasse concursos para a contratação de 177 técnicos administrativos e 36 professores o que contribuiu, ainda que de forma muito pouco significativa, para a diminuição do déficit existente.



Ufes, 2004

Ciências Agrárias

Sonho é criar uma universidade no sul

Fundado em 1970, o Centro de Ciências Agrárias - CCA mantém quatro cursos de graduação e um curso de mestrado, somando cerca de 500 alunos só nos cursos de graduação.

“Antes, os jovens capixabas tinham que estudar em outros estados, como Rio de Janeiro e Minas Gerais. O CCA passou então a atender à demanda não só dos capixabas, mas de outros Estados também”, afirmou o Engenheiro Agrônomo e Diretor do Centro, Rosembergue Bragança.

Em 2001 foi inaugurado em Jerônimo Monteiro o Núcleo de Estudos e de Difusão de Tecnologia em Floresta, Recursos Hídricos e Agricultura Sustentável - Nedtec. O núcleo é vinculado ao CCA e tem por objetivo desenvolver estudos, pesquisas, capacitação técnica, treinamento e atividades de educação ambiental. Uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Ufes possibilitou toda a infra-estrutura para o núcleo.

Em março deste ano, foi criado o curso de mestrado em Produção Vegetal. Apesar da escassez de recursos, em 2003 o CCA mantinha 36 pesquisas realizadas pelo seu quadro de pesquisadores,

“Para o próximo ano existe a possibilidade de criarmos o mestrado em Engenharia Florestal. Mas o nosso grande desafio é a criação da Universidade Federal do Sul do Espírito Santo”, adiantou Rosembergue.

Centro de Artes

Pesquisa para o desenvolvimento

Para o Arquiteto e Diretor do Centro de Artes, Kleber Frizzera, a Ufes precisa voltar-se para as pesquisas relativas ao desenvolvimento regional. “Atualmente existem pesquisas que vão no sentido de enfrentar os problemas estruturais da nossa sociedade. Um dos papéis da universidade é justamente gerar conhecimento para que tenhamos um desenvolvimento que minimize as enormes diferenças sociais e, ao mesmo tempo, respeite as questões ambientais”, afirmou Frizzera.

Durante as próximas décadas serão realizados altos investimentos no litoral capixaba tornando necessário um macro projeto de desenvolvimento para a região que considere todos os impactos socioeconômicos e ambientais. “As pesquisas precisam planejar para as incertezas, levando em consideração as situações de risco envolvidas”, afirmou o Arquiteto.

Sobre os desafios da Ufes, Frizzera foi contundente: “O futuro da universidade pública e gratuita depende de um grande aumento dos recursos disponíveis para que possamos desenvolver pesquisas e para que tenhamos condições de realizar um aumento significativo do número de vagas. Precisamos urgentemente democratizar o acesso à universidade pública para as classes mais pobres da sociedade”, defendeu.

Reflorestamentos protegem matas nativas

ANDRÉ TAQUETTI

Uma pesquisa realizada por engenheiros florestais mostra que a devastação das matas naturais e capoeiras tende a diminuir nos municípios onde há presença de áreas com florestas plantadas em propriedades rurais. A partir dessa informação, eles concluíram que é necessário estabelecer novos enfoques em programas e ações de extensão rural, públicos e privados.

Apresentar uma política de desenvolvimento rural sustentável para a utilização adequada e racional das florestas naturais e plantadas foi o objetivo da pesquisa "Avaliação do Papel Ambiental e Socioeconômico de Florestas Naturais e Plantadas", realizada pelo professor da Ufes, Eng. Florestal Luiz Fernando Schettino, e pelo Chefe Regional do Idaf de Cachoeiro de Itapemirim, Eng. Florestal Fábio Correa Gonçalves. O projeto abrange os municípios de Alegre, Vargem Alta e Mimoso do Sul, que compõem as bacias dos rios Itapemirim e Itabapoama.

Além disso, o estudo mostrou que um bom trabalho de extensão rural pode melhorar a atividade florestal, já que existem mitos e crenças que envolvem culturas exóticas, como a do eucalipto, que atrapalham a decisão quanto à implantação ou não de plantios florestais por agricultores.

Proteger os remanescentes florestais nativos; melhorar a qualidade de vida do meio rural e gerar empregos e renda de forma sustentável, em sintonia com a legislação ambiental e florestal são as principais metas de um programa de exten-



ARQUIVO PESQUISADORES

Pesquisa indica necessidade de esclarecer agricultores

são rural consistente apontadas pela pesquisa.

A pesquisa concluiu ainda ser de fundamental importância que mais investimentos sejam realizados na atividade florestal, a fim de ampliar o conhecimento do produtor sobre as vantagens geradas com o reflorestamento, identificar metodologias sustentáveis de utilização desses recursos, e, também, formas de intervenção que resultem no melhor cumprimento das funções ecológicas, econômicas e sociais.

Segundo Schettino, hoje há um desmatamento invisível. O agricultor utiliza lenha e madeira das áreas de matas naturais e capoeiras para abastecer a sua propriedade. "A realidade só irá mudar com orientação ao agricultor e isso depende de um programa de extensão rural bem feito", explicou.

Gonçalves completa que "mais de 80% das florestas do Estado já foram extraídas e que hoje há uma carência no mercado

de matéria-prima florestal, aumentando a pressão sobre os remanescentes florestais nativos". Segundo ele, o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) tem que priorizar o trabalho de conscientização dos produtores sobre os benefícios da atividade de reflorestamento. "O produtor rural tem que vislumbrar um retorno financeiro para aderir a uma nova atividade econômica. Para encampar a produção florestal, ele precisa receber informações detalhadas sobre essa atividade.

A pesquisa revelou também as principais razões dos proprietários rurais ainda não realizarem o reflorestamento: não receber informação sobre essa atividade; não dispor de terras para esse fim; não ter interesse por essa atividade; não achar a atividade rentável. Dentre as razões de realizarem o reflorestamento estão o abastecimento da propriedade, o aumento da renda familiar, os aspectos conservacionais, o embelezamento da propriedade e as divisórias de pastagens. (veja os gráficos).

Três trabalhos foram elaborados com os resultados da pesquisa obtidos até junho deste ano, e dois deles foram apresentados no VII Congresso e Exposição Internacional sobre Florestas - FOREST 2004, realizado dia 27 de setembro, em Brasília. A conclusão do estudo será apresentada pelos Engenheiros em um livro com lançamento previsto para julho de 2005.



Técnica permite exportar lagosta viva

ANA PAULA SANT'ANNA

O mercado internacional, principalmente o europeu e norte-americano, está cada vez mais exigente em relação a qualidade dos frutos do mar. A preferência é pelos produtos vivos. Pensando nisso, uma nova técnica para a exportação de lagostas vivas foi desenvolvida no ES pelo empresário Domingos Afonso Jório, proprietário da empresa Mar a Mar, em Guarapari, especializada na exportação de peixes ornamentais marinhos e de água doce vivos, atuando neste ramo desde 1985.

Para ele, quem não acompanhar essa tendência pode perder uma fatia relevante do mercado. “Mexilhões, ostras, caranguejos, siris, lagostas, enfim, tudo o que é possível ser mantido e transportado vivo tem a preferência do consumidor. Hoje, as peixarias européias recebem, mantêm e comercializam estes produtos vivos. O ideal é chegarem até o consumidor ainda vivos”, alerta o empresário.

Os processos de conservação para o transporte do crustáceo vivo baseiam-se na adaptação da técnica utilizada pelo Francês Gabriel León Junquá, na Mauritània. Uma das adaptações é um sistema de resfriamento manual, utilizado durante a fase de testes de “life support” da lagosta, que consiste na manutenção em cativeiro e na pré embalagem.

Outra adaptação foi a utilização de um chumaço de perlon embebido em peróxido de hidrogênio dentro das caixas de embalagem e transporte das lagostas. A empresa de Jório já substituiu o peróxido de hidrogênio pelo produto japonês O₂ Stone, considerado mais seguro de ser manipulado. O uso destes produtos permite a conservação das lagostas vivas por mais tempo. Hoje elas são exportadas por via aérea e levam até 12 horas para chegar aos aeroportos internacionais de São Paulo ou do Rio de Janeiro, para depois serem exportados.

Jório frisa que o sucesso da empreitada depende principalmente de dois

fatores: um bom parceiro para o transporte internacional e um comprador que se adapte a trabalhar com a lagosta brasileira, que é muito diferente da que chega atualmente à Europa, vinda da África do Sul ou da Austrália.

Tanto exportadores quanto pescadores obtêm um preço cerca de 30% mais alto comercializando o produto vivo e sadio. Os prejuízos com a mortalidade das lagostas são de apenas 1,5% à 2%. Mesmo assim, a lagosta que chega morta continua saudável para consumo.

A partir do dia 30 de dezembro deste ano, será proibida a pesca de lagosta com rede. A tendência é a utilização de armadilhas, menos danosas ao ambiente do que a ação das redes. A exportação de lagostas vivas contribui para essa prática, porque exige uma maior seletividade. Além disso, a pesca com armadilha representa uma menor perda do pescado, que quando preso na rede pode ser comido por peixes. Esse tipo de prática também oferece menor despesa com a aventura de pesca, já que com as armadilhas o pescador as retira de três em três dias e não diariamente como acontece com as redes.

De acordo com o Chefe do Escritório no ES da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República, o Eng. Agrônomo Cledson Sousa Felipe, está sendo viabilizado uma pesquisa com início em 2005, que irá definir o quantitativo dos estoques lagosteiros, além de desenvolver o comparativo entre os métodos de armadilha e rede, assim como o estudo dos seus impactos ambientais. O objetivo da pesquisa é definir o número de embarcações que terão permissão para captura da lagosta.

Cledson complementa que em março deste ano foi criado o Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira, que direciona financiamentos para a aquisição, construção, conversão, modernização, adaptação e equipagem de embarcações pesqueiras com o objetivo de reduzir a pressão de captura sobre estoques sobreexplorados.

Da captura à comercialização

A captura no ES é feita em sua totalidade com redes armadas no fundo do mar.

Para serem vendidas vivas, as lagostas são envolvidas em algas marinhas e bandadas até a chegada na empresa.

Ao chegarem, são selecionadas somente as que têm 250 gramas ou mais, sem ferimentos, com todas as patas no lugar, sem ovas e espartas.

Elas são banhadas e escovadas antes de ir para os tanques de depuração, onde ficam por no mínimo quatro dias até serem embaladas para exportação.

Antes de ser embaladas, levam um choque térmico para desacelerar o metabolismo e, consequentemente, resistirem por mais tempo ao longo período da viagem.

Elas são embaladas sem água, para evitar o gasto excessivo com frete aéreo. Cada caixa contém anotações com o nome das espécies, peso e quantidade de animais.

Tanque de lagostas mantidas vivas